Este livro pretende apresentar uma visão multidisciplinar do continente africano, em torno de problemas concretos. Quer dizer: evita as generalizações condutoras às superficialidades de abordagem e aos estereótipos, das quais a África é grande e habitual vítima.

Reúne pesquisadores africanos, brasileiros e europeus, sendo os textos publicados pela primeira vez em língua portuguesa. Situações espalhadas pelas cinco macrorregiões africanas compõem o volume e revelam uma África com crises, problemas, combates, reivindicações e objetivos. Uma África com séculos de dominação externa e décadas de muitas ditaduras internas, hoje em busca dos caminhos para o desenvolvimento, o respeito pelos direitos humanos e uma inserção equilibrada na política e na economia internacionais.

Boa parte dos autores africanos presentes neste volume são eles próprios atores importantes em movimentações nesses sentidos, incluindo passagens por processos históricos de alto risco. Tanto estes como os demais olham a problemática do continente inserida na temática mundial, nunca

Jonuel Gonçalves (org.)

ÁFRICA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO
Estruturas e relações

MAYAMBA

Garamond

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à
Editora Garamond Ltda.
Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido
Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115 – Tel: (21) 2504-9211
editora@garamond.com.br

Editora Mayamba
Rua 3 nº 231 – Urbanização Nova Vida – Luanda Sul – Angola

Revisão
Jun Shimada

Editoração Eletrônica
Editora Garamond

Capa
Estúdio Garamond
Sobre foto de Jonuel Gonçalves (interior da província do Kuanza Sul, no centro de Angola)

Traduções do francês
Carmem Cristina Cacciacarro

Traduções do inglês
Maria Alzira Brum
com revisão de Lais Meri Gonçalves

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A199
África no mundo contemporâneo: estruturas e relações / organização Jonuel Gonçalves. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
504 p.; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 9788576173854

1. Africa - Geografia. 2. África - História. 3. África - Colonização. 4. Geopolítica - África. I. Gonçalves, Jonuel.

14-16341 CDD: 960
CDU: 94(6)

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

Introdução: Radicalmente África 7
Jonuel Gonçalves

Um panorama das línguas faladas na África 25
Yeda Pessoa de Castro

Por dentro dos negócios: laços de afetos e comércio de escravos em Angola no século XVIII 45
Selma Pantoja

África: transformando desvantagens em oportunidades 77
Cesaltina Abreu

Múltiplos significados da classe média em Soweto, África do Sul 135
Mosa Phadi e Claire Ceruti

Orientação estrutural e Agência Social na África do Sul
Estado, raça, educação superior e transformação 165
Lionel Thaver e Beverley Thaver

As relações econômicas entre a China e a África subsaariana 191
Jean-Raphaël Chaponnière, Jean-Jacques Gabas

Dados fundamentais e movimentos mecânicos da economia angolana 229
José Cerqueira

2011: a primavera árabe? 253
Samir Amin

Segurança humana dos migrantes transfronteiriços, democratização e desenvolvimento das sociedades africanas no capitalismo: o caso da África Ocidental 281
Bernard Founou Tchuigoua

Ruanda: as chagas (ainda) abertas de uma nação 313
Alexandre dos Santos

Identidade em conflito no Nordeste da África:
Um ensaio comparativo 353
Bahru Zewde

Porto Novo (Benin): uma patrimonialização frustrada? 371
Saskia Cousin e Christine Mengin

Considerações sobre as tradições orais malianas:
constantes e evoluções 399
Tal Tamari

Literaturas em diálogo com a história e a política
Breve sobrevoo pelo percurso literário de Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe 415
Alessandra Magalhães

Democratização na África Austral 459
Annette Seegers

Os avatares do Estado na África - O estado civil do Estado na África
Conversa entre Mamadou Diouf,
Harris Memêl Fotê e Achille Mbembe 479

Sobre os autores 503

Introdução

Jonuel Gonçalves

Radicalmente África

O conhecimento do continente africano é hoje um forte imperativo internacional, inclusive para os próprios africanos, em grande maioria – até nos meios universitários – desconhecedores de seu próprio continente.

A busca deste conhecimento tem motivações diversas, em boa medida ligadas aos atrasos no desenvolvimento socioeconômico e ao que isto representa na perda de oportunidades de um espaço com elevado potencial econômico e grande dinâmica cultural. O surgimento da noção de países "emergentes", a sucessão de crises financeiras internacionais e a persistência do terrorismo transfronteiriço como dado político de primeiro plano aceleraram a procura por elementos e a elaboração de análises sobre a África nos aspectos diplomático, empresarial, militar e universitário.

A velha posição de considerar África como marginalizada envelheceu de vez, e a dicotomia afro-pessimismo *versus* afro-otimismo vai dando lugar, nos círculos mais atentos, a um enfoque mais bem contextualizado, quer dizer, olhando a realidade africana como se olha para todos os demais continentes, com seu crescimento ou estagnação, com seus estímulos e obstáculos.

Ter os piores indicadores econômicos e sociais da Terra não tira a África do planeta nem exclui sua população dos mesmos direitos e das reivindicações de base do resto do mundo. Não há razão, portanto, para adoção de métodos discriminatórios de análise, sejam depreciativos, paternalistas ou condescendentes. O atraso geral do continente tem razões institucionais conectadas a constantes dificuldades nos "pontos

2011: a primavera árabe?

Samir Amin

O ano 2011 começou com uma série de estrondosas explosões de cólera dos povos árabes. Essa primavera árabe dará início a um segundo tempo do "despertar do mundo árabe"? Ou então essas revoltas vão patinar e finalmente fracassar – como foi o caso do primeiro momento desse despertar evocado em meu livro *L'éveil du Sud*. Na primeira hipótese, os progressos do mundo árabe irão se inscrever necessariamente no movimento de superação do capitalismo/imperialismo em escala mundial. O fracasso manteria o mundo árabe em sua posição atual, de periferia dominada, impedindo-o de se erigir à posição de ator ativo na conformação do mundo.

É sempre perigoso generalizar falando "do mundo árabe", ignorando com isso a diversidade de condições objetivas que caracterizam cada um dos países desse mundo. Por conseguinte, centrarei as reflexões que seguem no Egito, cujo papel relevante que sempre preencheu na evolução geral da região é possível reconhecer sem dificuldade.

O Egito foi o primeiro país da periferia do capitalismo mundializado que tentou "emergir". Bem antes do Japão e da China, no início do século 19, Mohammed Ali concebeu e realizou um projeto de renovação do Egito e de seus vizinhos imediatos do Maxereque árabe. Esta experiência forte ocupou dois terços do século 19 e só foi sufocada tardiamente, na segunda metade do reino do Khédive Ismail, durante os anos 1870. A análise do seu fracasso não pode ignorar a violência da agressão externa da principal potência do capitalismo industrial central da época – a Grã-Bretanha. Por duas vezes, em 1840, em seguida nos anos 1870, pela tomada do controle das finanças do Egito dos quedivas, afinal pela ocupação militar (em 1882), a Inglaterra perseguiu com obstinação o seu objetivo: o fracasso da emergência de um Egito moderno. Sem

dúvida o projeto egípcio tinha seus limites, os que definiam a época, visto que se tratava evidentemente de um projeto de emergência no e pelo capitalismo, ao contrário do projeto da segunda tentativa egípcia (1919-1967), ao qual retornarei. Sem dúvida, as contradições sociais próprias desse projeto, como as concepções políticas, ideológicas e culturais com base nas quais ele se estendia, têm sua parte de responsabilidade nesse fracasso. A verdade é que sem a agressão do imperialismo essas contradições provavelmente poderiam ter sido superadas, como sugere o exemplo japonês.

O Egito emergente derrotado foi então submetido, por cerca de quarenta anos (1880-1920), à posição de periferia dominada, cujas estruturas foram modificadas para servir ao modelo de acumulação capitalista/imperialista da época. Para além do sistema produtivo do país, a regressão imposta atingiu suas estruturas políticas e sociais, e foi empregada para reforçar sistematicamente concepções ideológicas e culturais passadistas e reacionárias, úteis para a manutenção do país na sua posição subordinada.

O Egito, ou seja, seu povo, suas elites, a nação que ele representa, nunca aceitou essa condição. Essa recusa obstinada está, assim, na origem de uma segunda onda de movimentos ascendentes que se estendeu durante o meio século seguinte (1919-1967). De fato, vejo esse período como um momento contínuo de lutas e avanços importantes. O objetivo era triplo: democracia, independência nacional, progresso social. Esses três objetivos – quaisquer que tenham sido as formulações limitadas e às vezes confusas – são inseparáveis uns dos outros. Essa interconexão de objetivos, aliás, não é nada além do que a expressão dos efeitos da integração do Egito moderno no sistema do capitalismo/imperialismo mundializado da época. Nessa leitura, o capítulo aberto pela cristalização nasserista (1955-1967) é apenas o último capítulo desse longo momento do fluxo de avanço das lutas inaugurado pela revolução de 1919-1920.

O primeiro momento desse meio século de avanço das lutas de emancipação no Egito tinha dado ênfase – com a constituição do Wafd em 1919 – à modernização política por meio da adoção de uma

forma burguesa de democracia constitucional e à reconquista da independência. A forma democrática imaginada permitia um progresso laicizante – senão laico, no sentido radical do termo – cuja bandeira (associando o crescente e a cruz – uma bandeira que fez sua reaparição nas manifestações de janeiro e fevereiro de 2011) constitui o símbolo. Eleições "normais" permitiam, então, não somente que os coptas fossem eleitos pelas maiorias muçulmanas, mas ainda que esses mesmos coptas exercessem altas funções no Estado sem que isso representasse o menor problema.

Todo o esforço da potência britânica, com o apoio ativo do bloco reacionário constituído pela monarquia, pelos grandes proprietários e pelos camponeses ricos, foi empregado para fazer recuar os progressos democráticos do Egito wafdista. A ditadura de Sedki Pacha, nos anos 1930 (abolição da constituição democrática de 1923), defrontou-se com o movimento estudantil, ponta de lança na época das lutas democráticas anti-imperialistas. Não por acaso, para reduzir seu perigo, a embaixada britânica e o Palácio Real apoiaram então ativamente a criação dos Irmãos Muçulmanos (1927), que se inspiravam no pensamento "islamista" em sua versão "salafista" (passadista) wahabite, formulada por Rachid Reda, ou seja, na versão mais reacionária (antidemocrática e antiprogresso social) do novo "Islã político".

Com a conquista da Etiópia empreendida por Mussolini e a perspectiva de uma guerra mundial que se desenhava, Londres se viu obrigada a fazer concessões às forças democráticas, permitindo o retorno do Wafd em 1936 e a assinatura do Tratado Anglo-egípcio do mesmo ano – um Wafd, além disso, ele mesmo "sensato". A Segunda Guerra Mundial, por força das circunstâncias, foi uma espécie de parêntese. Mas o fluxo de ascensão das lutas foi retomado a partir de 21 de fevereiro de 1946, com a constituição do bloco estudantil-operário, reforçado em sua radicalização pela entrada em cena dos comunistas e do movimento operário. Aí, outra vez, as forças da reação egípcia apoiadas por Londres reagiram com violência e mobilizaram para isso os Irmãos Muçulmanos, que apoiaram uma segunda ditadura de Sedki Pacha, sem conseguir calar o movimento. O Wafd de volta

ao governo, sua denúncia do Tratado de 1936 e o início da guerrilha na zona do Canal, ainda ocupada, só foram abalados pelo incêndio do Cairo (1951), uma operação para a qual os Irmãos Muçulmanos colaboraram.

O primeiro golpe de Estado dos Oficiais Livres (1952), mas sobretudo o segundo, que inaugura a tomada de controle de Nasser (1954), vieram para "coroar" esse período de fluxo contínuo de lutas, de acordo com alguns, ou para lhe dar um fim, de acordo com outros. O nasserismo substituiu essa leitura que proponho do despertar egípcio por um discurso ideológico que abole toda a história dos anos 1919-1952 para fazer "a revolução egípcia" remontar a julho de 1952. À época, muitos comunistas denunciaram esse discurso e viam os golpes de Estado de 1952 e 1954 como destinados a pôr um fim à radicalização do movimento democrático. Eles tinham razão, pois o nasserismo só se cristalizou como projeto anti-imperialista após Bandoung (abril de 1955). O nasserismo realizou então o que lhe era possível: uma postura internacional decididamente anti-imperialista (associada aos movimentos pan-arábico e pan-africano), reformas sociais progressistas (mas não "socialistas"). Tudo partindo de cima, não somente "sem democracia" (proibindo às classes populares o direito de se organizarem por si mesmas e para si mesmas), mas também "abolindo" qualquer forma de vida política. O vazio criado pedia que o Islã político o preenchesse. O projeto esgotou seu potencial de avanços em pouco tempo – dez anos, de 1955 a 1965. A repressão oferecia ao imperialismo, comandado então pelos Estados Unidos, a ocasião de quebrar o movimento, mobilizando para isso seu instrumento militar regional: Israel. A derrota de 1967 marca portanto o fim desse meio século de fluxo. O refluxo foi iniciado pelo próprio Nasser, que escolheu a via das concessões à direita – (a "*infitah*" – a abertura "à mundialização capitalista") em vez da radicalização pela qual se batiam, entre outros, os estudantes (cujo movimento ocupa a dianteira da cena em 1970, pouco antes e após a morte de Nasser). Sadat, que o sucede, acentua o alcance da guinada à direita e integra os Irmãos Muçulmanos em seu novo sistema autocrático. Mubarak prossegue na mesma via.

O período de refluxo que se segue (1967-2011), por sua vez, cobre quase meio século. O Egito, sujeito às exigências do liberalismo mundializado e às estratégias dos Estados Unidos, deixou de existir como ator ativo regional e internacional. Na região, os aliados essenciais dos Estados Unidos – a Arábia Saudita e Israel – ocupam a vanguarda da cena. Israel pode, então, se aventurar na via da expansão da sua colonização da Palestina ocupada, com a cumplicidade tácita do Egito e dos países do Golfo.

O Egito de Nasser instaurou um sistema econômico e social criticável mas coerente. Nasser apostou na industrialização para sair da especialização internacional colonial que limitava o país à exportação de algodão. Este sistema assegurou uma distribuição de renda favorável às classes médias em expansão, sem empobrecimento das classes populares. Sadat e Mubarak trabalharam para o desmantelamento do sistema produtivo egípcio, substituindo-o por um sistema totalmente incoerente, exclusivamente fundado na busca da rentabilidade de empresas que, na maior parte, são apenas subcontratadas do capital dos monopólios imperialistas. As taxas de crescimento egípcias – supostamente elevadas – que o Banco Mundial exalta há trinta anos não têm nenhum significado. O crescimento egípcio é extremamente vulnerável. Esse crescimento, além disso, foi acompanhado de um inacreditável aumento das desigualdades e do desemprego, que atinge uma maioria de jovens. Esta situação era explosiva; e explodiu.

A aparente "estabilidade do regime" que Washington elogiava se baseava numa máquina policial monstruosa (1.200.000 homens contra apenas 500.000 para o exército), que se entregava a abusos criminosos diários. As potências imperialistas pretendiam que esse regime "protegesse" o Egito da alternativa islamista. Ora, isso não passava de uma mentira grosseira. Na realidade, o regime havia integrado perfeitamente o Islã político reacionário (o modelo wahabita do Golfo) em seu sistema de poder, concedendo-lhe a gestão da educação, da justiça e dos principais meios de comunicação (em especial a televisão). O único discurso autorizado era o das mesquitas confiadas aos salafistas, sendo-lhes permitido, também, fingir que eram da "oposição". A duplicidade

cínica do discurso do *establishment* dos Estados Unidos (e neste sentido Obama não é diferente de Bush) serve perfeitamente aos seus objetivos. O apoio de fato ao Islã político destrói a capacidade da sociedade enfrentar os desafios do mundo moderno (ele está na origem do declínio catastrófico da educação e da pesquisa), enquanto a denúncia ocasional de "abusos" pelos quais ele é responsável (assassinatos de coptas, por exemplo) serve para legitimar as intervenções militares de Washington, comprometido com a chamada "guerra contra o terrorismo". O regime podia parecer "tolerável" enquanto funcionava a válvula de segurança representada pela emigração em massa dos pobres e das classes médias para os países petroleiros. O esgotamento desse sistema (a substituição dos imigrantes provenientes dos países árabes por asiáticos) provocou o renascimento das resistências. As greves operárias de 2007 – as mais fortes do continente africano em 50 anos –, a resistência obstinada dos pequenos camponeses, ameaçados de expropriação pelo capitalismo agrário, a formação de círculos de protesto democrático nas classes médias (os movimentos *Kefaya* e de 6 de abril) anunciavam a inevitável explosão esperada no Egito, ainda que tenha surpreendido "os observadores estrangeiros". Entramos, portanto, numa nova fase de fluxos das lutas de emancipação da qual devemos então analisar as direções e possibilidades de desenvolvimento.

Os componentes do movimento democrático

A "revolução egípcia" que se encontra em curso ilustra a possibilidade do fim anunciado do sistema "neoliberal", questionado em todas as suas dimensões, políticas, econômicas e sociais. Esse movimento gigantesco do povo egípcio associa três componentes ativos: os jovens, "repolitizados" por vontade própria e nas formas "modernas" que inventaram, as forças da esquerda radical, aquelas reunidas pelas classes médias democratas.

Os jovens (cerca de um milhão de militantes) foram a vanguarda do movimento. Eles foram imediatamente reunidos pela esquerda radical e pelas classes médias democratas. Os Irmãos Muçulmanos, cujos líderes chamaram o boicote às manifestações durante os quatro primeiros

dias (persuadidos de que estas seriam derrotadas pela repressão) só aceitaram o movimento tardiamente, quando a convocação, atendida pelo conjunto do povo egípcio, produziu mobilizações gigantescas, de 15 milhões de manifestantes.

Os jovens e a esquerda radical perseguem três objetivos comuns: a restauração da democracia (o fim do regime militar e policial), a aplicação de uma nova política econômica e social, favorável às classes populares (a ruptura com submissão às exigências do liberalismo mundializado) e a de uma política internacional independente (a ruptura com a submissão às exigências da hegemonia dos Estados Unidos e com a demonstração do seu controle militar sobre o planeta). A revolução democrática para a qual eles apelam é uma revolução democrática anti-imperialista e social. Embora o movimento dos jovens continue diversificado na sua composição social e em suas expressões políticas e ideológicas, ele se situa no conjunto "à esquerda". As manifestações espontâneas e fortes de simpatia pela esquerda radical são o testemunho disso.

As classes médias se reúnem em torno do único objetivo democrático, sem necessariamente questionar integralmente o "mercado" (tal como ele é) e o alinhamento internacional do Egito. Não devemos ignorar o papel de um grupo de blogueiros que participam – conscientemente ou não – de um verdadeiro complô organizado pela CIA. Seus promotores são geralmente jovens procedentes das classes favorecidas, americanizados ao extremo, que no entanto se colocam como "contestadores" das ditaduras existentes. O tema da democracia, na versão que a sua manipulação por Washington impõe, domina suas intervenções na "rede". Consequentemente, eles participam da cadeia de atores das contrarrevoluções orquestradas por Washington, disfarçadas de "revoluções democráticas" segundo o modelo "das revoluções coloridas" do Leste Europeu. Mas estaríamos errados em concluir que esse complô está na origem das revoltas populares. A CIA, no entanto, tenta inverter o sentido do movimento, afastar os militantes de seus objetivos de transformação social progressista e desviá-los para outros terrenos. As possibilidades de sucesso da conspiração tornam-se sérias

caso o movimento fracasse na construção da convergência de seus diversos componentes, em identificar objetivos estratégicos comuns e inventar formas de organização e ação eficazes. Conhecemos exemplos desse fracasso nas Filipinas e na Indonésia, por exemplo. É interessante notar, a esse respeito, que os nossos blogueiros, que se expressam em inglês em vez de em árabe(!), partidos na defesa da "democracia" – à americana –, em geral desenvolvem, no Egito, argumentos destinados a legitimar os Irmãos Muçulmanos.

A convocação para a manifestação formulada pelos três componentes ativos do movimento foi atendida rapidamente pelo conjunto do povo egípcio. A repressão, de uma violência extrema nos primeiros dias (mais de mil mortes), não desencorajou esses jovens e seus aliados (que em nenhum momento chamaram as potências ocidentais em seu socorro, como em outros lugares). Sua coragem foi o elemento decisivo que conduziu aos protestos, por todos os bairros das grandes e pequenas cidades, ou mesmo das aldeias, cerca de 15 milhões de manifestantes durante dias e dias (e às vezes noites). Esse sucesso político fulminante produziu seus efeitos: o medo mudou de lado; Hillary Clinton e Obama descobriram então que deviam abandonar Mubarak, que haviam apoiado até então, enquanto os comandantes do exército saíam do silêncio, recusando-se a participar da repressão – preservando, assim, sua imagem – e finalmente depondo Mubarak e alguns de seus principais cúmplices.

A generalização do movimento ao conjunto do povo egípcio constitui um desafio positivo por si só. Porque este povo, como todos os outros, está longe de constituir um "bloco homogêneo". Alguns dos segmentos que o compõem reforçam de forma incontestável a perspectiva de uma radicalização possível. A entrada da classe operária (cerca de 5 milhões de trabalhadores) na batalha pode ser decisiva. Os trabalhadores em luta (por meio de inúmeras greves) fizeram com que progredissem as formas de organização iniciadas em 2007. Desde então, contam-se mais de cinquenta sindicatos independentes. A resistência obstinada dos pequenos camponeses às expropriações possibilitadas pela anulação da reforma agrária (os Irmãos Muçulmanos votaram no Parlamento

a favor dessas leis abomináveis sob pretexto de que a propriedade privada seria "sagrada" no Islã e que a reforma agrária era inspirada pelo diabo comunista!) participa igualmente da possível radicalização do movimento. Temos que uma massa gigantesca "de pobres" participou ativamente das manifestações de fevereiro de 2011 e com frequência se reúne em comitês populares constituídos nos bairros para "defender a revolução". Esses "pobres" podem dar a impressão (pelas barbas, pelos véus, pela extravagância das vestimentas) de que o país é "islâmico", ou mesmo mobilizado pelos Irmãos Muçulmanos. Com efeito, sua entrada em cena foi imposta à direção da organização. Logo, tem início a corrida: quem – os Irmãos e seus associados islamitas (os salafistas) ou a aliança democrática – conseguirá estabelecer alianças eficazes com as massas desorientadas, ou mesmo "enquadrá-las" (termo que recuso)?

Progressos significativos na construção da frente unida das forças democráticas e dos trabalhadores estão em curso no Egito. Cinco partidos de orientação socialista (o Partido Socialista Egípcio, a Aliança Popular Democrática – uma maioria vinda do antigo partido do *Tagammu* –, o Partido Democrático dos Trabalhadores, o Partido dos Socialistas Revolucionários – trotskista – e o Partido Comunista egípcio – que fez parte do *Tagammu*) constituíram, em abril de 2011, uma Aliança das Forças Socialistas, comprometendo-se, através dela, a continuar com suas lutas em comum. Paralelamente, um Conselho Nacional (*Maglis Watany*) foi constituído por todas as forças políticas e sociais do movimento (partidos de orientação socialista, partidos democráticos diversos, sindicatos independentes, organizações campesinas, redes de jovens, inúmeras associações sociais). Os Irmãos Muçulmanos e os partidos de direita se recusaram a participar desse Conselho, reafirmando assim o que sabemos: sua oposição à continuidade do movimento. O Conselho reúne cerca de 150 membros.

Diante do movimento democrático: o bloco reacionário

Do mesmo modo que no período de fluxo das lutas do passado, o movimento democrático anti-imperialista e social do Egito esbarra num bloco reacionário poderoso. Esse bloco pode ser identificado nos

termos de seus componentes sociais (de classe, evidentemente), mas também nos termos que definem seus meios de intervenção política e os discursos ideológicos a seu serviço.

Em termos sociais, o bloco reacionário é dirigido pela burguesia egípcia considerada como um todo. As formas de acumulação dependente em curso durante os últimos quarenta anos produziram o surgimento de uma burguesia rica, beneficiária exclusiva da desigualdade escandalosa que acompanhou esse modelo "liberal-mundializado". São dezenas de milhares não de "empresários inventivos" – como o discurso do Banco Mundial os apresenta –, mas de milionários e multimilionários que devem a fortuna ao seu conluio com o aparelho político ("a corrupção" é um componente orgânico desse sistema). Essa burguesia é compradora (na língua política corrente na Egito, o povo qualifica-os de "parasitas corrompidos"). Ela é o apoio ativo da inserção do Egito na mundialização imperialista contemporânea, o aliado incondicional dos Estados Unidos. Essa burguesia conta em suas fileiras com inúmeros comandantes do exército e da polícia, "civis" associados ao Estado e ao partido dominante ("Nacional Democrático"), criado por Sadat e Mubarak, religiosos (a totalidade dos líderes dos Irmãos Muçulmanos e os xeques maiores do Azhar são todos "multimilionários"). Na verdade, existe ainda uma burguesia de pequenos e médios empresários ativos. Mas estes são vítimas do sistema de extorsão instaurado pela burguesia compradora, reduzidos geralmente ao status de subcontratados dominados pelos monopólios locais, eles mesmos correias de transmissão dos monopólios estrangeiros. No domínio da construção, esta situação é quase generalizada: os "graúdos" devastam os mercados, depois os terceirizam com "os pequenos". Essa burguesia de empresários autênticos simpatiza com o movimento democrático.

A vertente rural do bloco reacionário não é menos importante. Ele é constituído de camponeses ricos que foram os maiores beneficiários da reforma agrária nasseriana, substituindo a antiga classe dos grandes proprietários. As cooperativas agrícolas instauradas pelo regime nasseriano associavam os pequenos camponeses e os camponeses ricos e por isso funcionavam principalmente em benefício dos ricos. Mas o

regime tomou precauções para limitar as possíveis agressões contra os pequenos camponeses. Uma vez que essas precauções foram abandonadas por Sadat e Mubarak por recomendação do Banco Mundial, o campesinato rico passou a se dedicar a acelerar a eliminação do pequeno campesinato. Os camponeses ricos sempre constituíram uma classe reacionária no Egito moderno e hoje o são mais do que nunca. Eles são também o maior apoio do Islã conservador nas campanhas e, por suas relações estreitas (frequentemente de parentesco) com os representantes dos aparelhos de Estado e da religião (o Azhar é no Egito o equivalente a uma Igreja muçulmana organizada), dominam a vida social rural. Além disso uma boa parte das classes médias urbanas (em especial os oficiais do exército e da polícia, mas igualmente os tecnocratas e as profissões liberais) saiu diretamente do campesinato rico.

Este bloco social reacionário dispõe de instrumentos políticos a seu serviço: o exército e a polícia, as instituições do Estado, o partido político privilegiado (uma espécie de partido único de fato) – o Partido Nacional Democrático criado por Sadat –, o aparelho religioso (o Azhar), as correntes do Islã político (os Irmãos Muçulmanos e os salafistas). A ajuda militar concedida pelos Estados Unidos ao exército egípcio (1,5 mil milhões de dólares anuais) nunca foi destinada a reforçar a capacidade de defesa do país, mas, ao contrário, a destruir o perigo pela corrupção sistemática, não conhecida e tolerada, mas apoiada positivamente, com cinismo. Essa "ajuda" permitiu que os mais altos oficiais se apropriassem de segmentos importantes da economia compradora egípcia, a ponto de se falar de uma "sociedade anônima/armada" (*Sharika al geish*) no Egito. O comando do exército que assumiu a responsabilidade de "dirigir" o período de transição, nem por isso é "neutro", embora tome a precaução de parecer neutro dissociando-se da repressão. O governo "civil" sob suas ordens (cujos membros foram nomeados pelo alto comando), composto em parte de homens do antigo regime escolhidos entre suas personalidades menos visíveis, tomou uma série de medidas perfeitamente reacionárias destinadas a brecar a radicalização do movimento. Entre essas medidas, uma abominável lei antigreve (sob pretexto de recolocar no caminho a economia do

país), uma lei que impõe restrições severas à constituição de partidos políticos que visa a permitir a possibilidade de entrar no jogo eleitoral somente às correntes do Islã político (os Irmãos Muçulmanos em especial), já bem organizadas graças ao apoio sistemático do regime antigo. E contudo, apesar de tudo isso, a atitude do exército continua, em última instância, imprevisível. Pois, apesar da corrupção de seus quadros (os soldados são conscritos, mas os oficiais são profissionais), o sentimento nacionalista não está ausente em todos. Além disso o exército sofre por ter sido praticamente afastado do poder em benefício da polícia. Nessas circunstâncias, e porque o movimento exprimiu com força sua vontade de afastar o exército da direção política do país, é provável que o alto comando, para o futuro, pretenda permanecer nos bastidores, desistindo de apresentar seus homens nas futuras eleições.

Se, evidentemente, o aparelho policial continua intacto (não está prevista nenhuma perseguição contra seus responsáveis), assim como o conjunto do aparelho de Estado (os novos governantes são todos antigos do regime), o Partido Nacional Democrático, em contrapartida, desapareceu na tormenta, e a sua dissolução foi pronunciada pela justiça. No entanto, podemos ter certeza de que a burguesia egípcia saberá fazer reaparecer o seu partido sob diversas novas denominações.

O Islã político

Os Irmãos Muçulmanos constituem a única força política cujo regime não somente havia tolerado a existência, mas cuja expansão havia apoiado ativamente. Sadat e Mubarak confiaram-lhes a gestão de três instituições fundamentais: a educação, a justiça e a televisão. Os Irmãos Muçulmanos nunca foram e não podem ser "moderados", menos ainda "democráticos". Seu chefe – o *mourchid* (tradução árabe de "guia": Führer) – é autoproclamado, e a organização se baseia no princípio da disciplina e da execução das ordens dos chefes sem discussões de nenhuma espécie. A direção é constituída exclusivamente de homens extremamente ricos (graças, entre outras coisas, ao apoio financeiro da Arábia Saudita, ou seja, de Washington), seu primeiro escalão, por homens procedentes das frações obscurantistas das classes

médias, a base, por pessoas do povo recrutadas pelos serviços sociais de caridade oferecidos pela confraria (e financiados sempre pela Arábia Saudita), enquanto a força de dissuasão é constituída pelas milícias (os *baltaguis*), recrutadas no *lumpesinato*.

Os Irmãos Muçulmanos são partidários de um sistema econômico baseado no mercado e totalmente dependente do exterior. São com efeito um componente da burguesia compradora. Aliás, eles tomaram posição contra as grandes greves da classe operária e as lutas dos camponeses para conservar a propriedade da terra. Os Irmãos Muçulmanos, por conseguinte, só são "moderados" no duplo sentido de que sempre se recusaram a formular um programa econômico e social qualquer e que, de fato, não questionam as políticas neoliberais reacionárias e aceitam de fato a submissão às exigências do desdobramento do controle dos Estados Unidos no mundo e na região. São, portanto, aliados úteis para Washington (existe um aliado melhor dos Estados Unidos que a Arábia Saudita, chefe dos Irmãos?), que lhes concedeu um "certificado de democracia"!

Mas os Estados Unidos não podem admitir que a sua estratégia visa a instaurar regimes "islâmicos" na região. Eles precisam fazer como se isso "lhes desse medo". Por esse meio eles legitimam a sua "guerra permanente ao terrorismo", que, na realidade, persegue outros objetivos: o controle militar do planeta, destinado a reservar aos Estados Unidos/Europa/Japão o acesso exclusivo aos recursos. Vantagem suplementar dessa duplicidade: permite mobilizar a "islamofobia" das opiniões públicas. A Europa, como se sabe, não tem estratégia específica em relação à região e contenta-se em se alinhar no dia a dia pelas decisões de Washington. Mais que nunca é necessário apontar claramente essa verdadeira duplicidade da estratégia dos Estados Unidos, cuja opinião pública – manipulada com eficácia – se deixa enganar. Os Estados Unidos (e atrás deles a Europa) temem mais que tudo um Egito realmente democrático que, certamente, questionaria seu alinhamento ao liberalismo econômico e a estratégia agressiva dos Estados Unidos e da OTAN. Eles farão de tudo para que o Egito não seja democrático e, para isso, apoiarão, por todos os meios, mas com hipocrisia, a falsa

alternativa dos Irmãos Muçulmanos, que mostraram estar apenas em minoria no movimento do povo egípcio para uma mudança real.

O conluio entre as potências imperialistas e o Islã político não é nem novo, nem particular do Egito. Os Irmãos Muçulmanos, desde a sua criação em 1927 até agora, sempre foram aliados úteis para o imperialismo e o bloco reacionário local. Sempre foram um inimigo feroz dos movimentos democráticos no Egito. E os multimilionários que asseguram hoje a direção da Confraria não estão destinados a aderir à causa democrática! O Islã político é igualmente o aliado estratégico dos Estados Unidos e de seus parceiros subalternos da OTAN através do mundo muçulmano. Washington armou e financiou os talibãs, qualificados de "heróis da liberdade" ("Freedom Fighters") em sua guerra contra o regime nacional popular dito "comunista" (antes e após a intervenção soviética). Quando os talibãs fecharam as escolas de meninas criadas "pelos comunistas", surgiram "democratas" e mesmo "feministas" sustentando que era preciso "respeitar as tradições"!

No Egito, os Irmãos Muçulmanos são agora escorados pela corrente salafista ("tradicionalista"), igualmente financiada amplamente pelos países do Golfo. Os salafistas se afirmam extremistas (wahabitas convencidos, intolerantes em relação a qualquer outra interpretação do Islã) e estão na origem dos assassinatos sistemáticos perpetrados contra os coptas. Operações difíceis de imaginar sem o apoio tácito (e às vezes a cumplicidade) do aparelho de Estado, em especial da Justiça, em grande medida confiada aos Irmãos Muçulmanos. Essa estranha divisão do trabalho permite que os Irmãos Muçulmanos pareçam moderados, o que Washington finge acreditar. Todavia, há perspectivas de lutas violentas no seio das correntes religiosas islamitas no Egito. Porque o Islã egípcio histórico dominante é "sufi", cujas confrarias reúnem hoje 15 milhões de fiéis. Islã aberto, tolerante, insistente na convicção individual em vez de na prática dos ritos ("há tantos caminhos para Deus quanto indivíduos", dizem eles), o sufismo egípcio sempre foi tido como suspeito pelos poderes do Estado, que, no entanto, manipulando ora recompensa ora punição, evitavam entrar em guerra aberta contra ele. O Islã wahabita do Golfo situa-se numa posição diametralmente

oposta: é arcaico, ritualista, conformista, inimigo declarado de qualquer interpretação que não a sua, a qual é apenas repetitiva dos textos, inimiga de qualquer espírito crítico – identificado com o Diabo. O Islã wahabita declarou guerra ao sufismo, que pretende "extirpar", e conta com o apoio das autoridades do poder para consegui-lo. Em reação, os sufistas de hoje são laicizantes, quando não laicos; pregam a separação entre a religião e a política (o poder de Estado e o das autoridades religiosas reconhecidas por ele, o Azhar). Os sufistas são aliados do movimento democrático. A introdução do Islã wahabita no Egito foi iniciada por Rachid Reda nos anos 1920 e retomada pelos Irmãos Muçulmanos a partir de 1927. Mas só adquiriu vigor após a Segunda Guerra Mundial, quando a renda petroleira dos países do Golfo, apoiados pelos Estados Unidos em conflito com a onda de liberação nacional popular dos anos 1960, permitiu que multiplicasse seus meios financeiros.

A estratégia dos Estados Unidos: o modelo paquistanês

As três potências que dominaram a cena médio-oriental durante todo o período de refluxo (1967-2011) são Estados Unidos, patrocinador do sistema, Arábia Saudita e Israel. Trata-se aí de três aliados íntimos. Todos compartilham a mesma obsessão pela emergência de um Egito democrático. Porque este só poderia ser anti-imperialista e social, tomaria suas distâncias em relação ao liberalismo mundializado, condenaria a Arábia Saudita e os países do Golfo à insignificância, estimularia a solidariedade dos povos árabes e imporia o reconhecimento do Estado palestino por Israel.

O Egito é uma peça angular na estratégia estadunidense de controle do planeta. O objetivo exclusivo de Washington e seus aliados – Israel e Arábia Saudita – é fazer abortar o movimento democrático no Egito e, para isso, querem impor um "regime islâmico" dirigido pelos Irmãos Muçulmanos, que é o único meio, para eles, de perpetuar a submissão do Egito. O "discurso democrático" de Obama está aí apenas para enganar as opiniões ingênuas, as dos Estados Unidos e da Europa em primeiro lugar.

Fala-se muito do exemplo turco, para dar uma legitimidade a um governo dos Irmãos Muçulmanos ("ligados à democracia!"). Mas trata-se

aí apenas de poeira nos olhos. Porque o exército turco, que continua presente nos bastidores, embora certamente não democrático e além disso um aliado fiel da OTAN, continua sendo a garantia da "laicidade" na Turquia. O projeto de Washington, expresso abertamente por Hillary Clinton, Obama e os *think tanks* a seu serviço, inspira-se no modelo paquistanês: o exército ("islâmico") nos bastidores, o governo ("civil") assumido por um (ou mais) partido islâmico "eleito". Evidentemente, nesta hipótese, o governo "islâmico" egípcio seria recompensado pela sua submissão ao essencial (o não questionamento do liberalismo e dos chamados "tratados de paz" que permitem que Israel continue com sua política de expansão territorial) e poderia prosseguir, numa compensação demagógica, com a realização de seus projetos de "islamização do Estado e da política" e os assassinatos dos coptas! Bela democracia concebida em Washington para o Egito! A Arábia Saudita, evidentemente, apoia com todos os seus meios (financeiros) a realização desse projeto. Pois Riad sabe perfeitamente que a sua hegemonia regional (no mundo árabe e muçulmano) exige a redução do Egito à insignificância. E o meio para isso é a "islamização do Estado e da política"; de fato, uma islamização à moda wahabita, com todos os seus efeitos – entre outros, o de inclinações fanáticas em relação aos coptas e uma negação dos direitos à igualdade das mulheres.

Essa forma de islamização é possível? Talvez, mas à custa de violências extremas. A batalha é conduzida com base no artigo 2 da constituição do regime deposto. Este artigo, que estipula que a "*sharia* é a fonte do direito", é uma novidade na história política do Egito. Nem a constituição de 1923 nem a de Nasser imaginaram isso. Foi Sadat quem a introduziu em sua nova constituição, com o apoio triplo de Washington ("respeitar as tradições!"), de Riad ("o Alcorão faz às vezes de Constituição") e de Jerusalém ("o Estado do Israel é um Estado judeu").

O projeto dos Irmãos Muçulmanos consiste na instauração de um Estado teocrático, como demonstra a sua ligação com o artigo 2 da Constituição de Sadat/Mubarak. Além disso o programa mais recente da organização reforça ainda mais essa visão passadista pela proposta

de instauração de "um Conselho dos Ulémas", encarregado de zelar pela conformidade de qualquer projeto de lei com as exigências da *Sharia*. Esse conselho constitucional religioso é análogo ao que, no Irã, controla "o poder eleito". O regime é então o de um superpartido religioso único, e todos os partidos que reivindiquem a laicidade se tornam "ilegais". Seus partidários, como os não muçulmanos (os coptas), consequentemente, são excluídos da vida política. Apesar de tudo isso, os poderes em Washington e na Europa fingem levar a sério a recente declaração dos Irmãos, "renunciando" ao projeto teocrático (sem modificar o seu programa!), uma declaração oportunista, além de enganosa. Por acaso os peritos da CIA não sabem ler o árabe? A conclusão é clara: Washington prefere o poder dos Irmãos, que lhes garantem a manutenção do Egito em seu circuito e no da mundialização liberal, ao dos democratas, que correriam o grande risco de questionar a posição subalterna do Egito. O Partido da Justiça e da Liberdade, criado recentemente e inspirado visivelmente no modelo turco, não passa de um instrumento dos Irmãos. Os coptas seriam admitidos nesse partido(!), o que significa que são convidados a aceitar o Estado muçulmano teocrático consagrado pelo programa dos Irmãos se quiserem ter o direito de "participar" da vida política do seu país. Passando à ofensiva, os Irmãos Muçulmanos criam "sindicatos", "organizações campesinas" e uma série de "partidos políticos" de nomes diversos cujo único objetivo é dividir as frentes unidas operárias, campesinas e democráticas em via de construção, naturalmente em prol do bloco contrarrevolucionário.

O movimento democrático egípcio será capaz de revogar este artigo na próxima nova constituição? Só podemos responder a esta questão por meio de uma reflexão sobre os debates políticos, ideológicos e culturais que se desenrolaram pela história do Egito moderno.

Constatamos, efetivamente, que os períodos de fluxo são caracterizados por uma diversidade de opiniões expressas abertamente que relegam a "religião" (sempre presente na sociedade) a segundo plano. Foi assim durante dois terços do século XIX (de Mohamed Ali a Khédive Ismaïl). Os temas da modernização (numa forma de despotismo esclarecido em vez de democrático) dominam então a cena. Foi assim também

de 1920 a 1970: é aberto o confronto entre os "democratas burgueses" e os "comunistas" que ocuparam amplamente a dianteira da cena até o nasserismo. Este abole esse debate para substituí-lo por um discurso populista pan-arabista, mas simultaneamente "modernizante". As contradições desse sistema abrem caminho para o regresso do Islã político. Constatamos, em contrapartida, que nas fases de refluxo a diversidade de opiniões se apaga, dando lugar ao passadismo pretensamente islâmico, que outorga a si o monopólio do discurso autorizado pelo poder. De 1880 a 1920, os britânicos construíram esse desvio, entre outras, pela condenação ao exílio (na Núbia, especialmente) de todos os pensadores e atores modernistas egípcios formados a partir de Mohamed Ali. Mas notaremos também que a "oposição" a essa ocupação britânica se alinha igualmente dentro dessa concepção passadista. A *Nahda* (inaugurada por Afghani e levada adiante por Mohamed Abdou) se inscreve nesse desvio, associada à ilusão otomana defendida pelo novo Partido Nacionalista de Moutapha Kemal e Mohammad Farid. Que esse desvio tenha levado, por volta do fim dessa época, aos escritos ultrarreacionários de Rachid Reda, retomados por Hassan el Banna, fundador dos Irmãos Muçulmanos, não deveria surpreender.

O mesmo aconteceu no período de refluxo dos anos 1970-2010. O discurso oficial do poder (de Sadat e Mubarak), perfeitamente islamista (a prova: a introdução da *Sharia* na constituição e a delegação de poderes essenciais aos Irmãos Muçulmanos), é igualmente o da falsa oposição, a única tolerada, a do discurso das mesquitas. Por isso, o artigo 2 pode parecer solidamente ancorado na "convicção" geral (a "rua", como gostam de dizer, por imitação do discurso estadunidense). Não devemos subestimar os efeitos devastadores da despolitização operada sistematicamente durante os períodos de refluxo. A recuperação nunca é fácil. Mas não é impossível. Os debates que estão ocorrendo no Egito estão centrados – explicitamente ou implicitamente – nessa questão da pretensa dimensão "cultural" do desafio (neste caso, islâmico). Indicadores positivos: bastaram algumas semanas de debates livres, impostos pelas circunstâncias, para o slogan "o Islã é a solução" desaparecer de todas as manifestações em prol de reivindicações precisas no

campo da transformação concreta da sociedade (liberdade de opinião, de formação de partidos, sindicatos e outras organizações sociais, salários e direitos trabalhistas, acesso a terra, escola e saúde, rejeição das privatizações e chamada às nacionalizações etc.). Sinal que não engana: nas eleições dos estudantes, a esmagadora maioria (80%) dos votos dados aos Irmãos Muçulmanos há cinco anos (quando somente esse discurso era aceito como pretensa oposição) foi seguida por uma queda (para 20%!) dos Irmãos nas eleições de abril. Mas o adversário também sabe organizar a resposta ao "perigo democrático". As modificações insignificantes da constituição (ainda em vigor!), propostas por um comitê constituído exclusivamente por islamitas escolhidos pelo conselho supremo (o exército) e adotadas às pressas em abril, por meio de referendo (23% de "não", mas uma maioria de "sim" forçada por fraudes e por uma chantagem massiva das mesquitas) não dizem respeito, é claro, ao artigo 2. Eleições presidenciais e legislativas estão previstas para setembro/outubro de 2011. O movimento democrático luta por uma "transição democrática" mais longa, de modo que permita que seus discursos atinjam verdadeiramente as massas desamparadas. Mas Obama fez uma escolha desde os primeiros dias da insurreição: uma transição breve, ordenada (ou seja, sem questionar os aparelhos do regime) e eleições (dando uma vitória desejada aos islamitas). Como se sabe, as "eleições" no Egito, como em outros lugares no mundo, não são o melhor meio de se assentar a democracia, mas com frequência o de acabar com a dinâmica dos avanços democráticos.

Uma última palavra em relação à "corrupção". O discurso dominante do "regime de transição" dá importância à sua denúncia, associada a ameaças de perseguições judiciárias (veremos como será na prática). Esse discurso é certamente bem recebido, em particular pela fração ingênua, sem dúvida maior, da opinião pública. Mas evita-se analisar suas razões profundas e compreender que a "corrupção" (apresentada como um desvio moral, do tipo discurso moralizante dos Estados Unidos) é um componente orgânico necessário para a formação da burguesia. Não somente no caso do Egito e nos países do sul em geral, tratando-se da formação de uma burguesia compradora cuja associação aos poderes

de Estado constitui o único meio para sua emergência. Defendo que, no estágio do capitalismo de monopólios generalizados, a corrupção se tornou um elemento constitutivo orgânico da reprodução do modelo de acumulação: a retirada antecipada da renda dos monopólios exige a cumplicidade ativa do Estado. O discurso ideológico ("o vírus liberal") proclama "sem o Estado", enquanto, na prática, é: "o Estado a serviço dos monopólios".

A zona das tempestades

Mao não estava errado quando afirmava que o capitalismo (realmente existente, ou seja, imperialista por natureza) não tinha nada a oferecer aos povos dos três continentes (a periferia constituída pela Ásia, pela África e pela América Latina – esta "minoria" que reúne 85% da população do planeta!) e que, por conseguinte, o Sul constituía a "zona das tempestades", ou seja, de repetidas revoltas, potencialmente (mas apenas potencialmente) portadoras de avanços revolucionários em direção à superação socialista do capitalismo.

"A primavera árabe" inscreve-se nessa realidade. São revoltas sociais potencialmente portadoras da concretização de alternativas que, a longo prazo, podem se inscrever na perspectiva socialista. É a razão pela qual o sistema capitalista, o capital dos monopólios dominantes em escala mundial, não pode tolerar o desenvolvimento desses movimentos. Ele mobilizará todos os meios de desestabilização possíveis, pressões econômicas e financeiras, até a ameaça militar. Apoiará, conforme as circunstâncias, tanto as falsas alternativas fascistas ou fascizantes quanto a instauração de ditaduras militares. Não se pode acreditar em nenhuma palavra que Obama diz. Obama é Bush, mas com uma outra linguagem. Há aí uma duplicidade permanente na linguagem dos líderes da tríade imperialista (Estados Unidos, Europa ocidental, Japão).

Não tenho a intenção de examinar, neste artigo, cada um dos movimentos em curso no mundo árabe (Tunísia, Líbia, Síria, Iemen e outro) com precisão. Pois os componentes do movimento são diferentes de um país para outro, da mesma maneira que o são as formas de sua integração na mundialização imperialista e as estruturas dos regimes existentes.

A revolta tunisiana deu o pontapé inicial e certamente incentivou fortemente os egípcios. Além disso o movimento tunisiano conta com uma certa vantagem: a semilaicidade introduzida por Bourguiba não poderá sem dúvida ser questionada pelos islamitas que retornaram do exílio na Grã-Bretanha. Mas, simultaneamente, o movimento tunisiano não parece estar em condições de pôr em questão o modelo de desenvolvimento extrovertido inscrito na mundialização capitalista liberal.

A Líbia não é nem a Tunísia, nem o Egito. O bloco no poder (Kadafi) e as forças que lutam contra ele não têm nada de análogos com o que são na Tunísia e no Egito. Kadafi nunca passou de um polichinelo cujo vazio de pensamento encontra seu reflexo em seu famoso "Livro verde". Operando numa sociedade ainda arcaica, Kadafi podia se permitir manter discursos sucessivos – sem grande alcance real – "nacionalistas e socialistas" e depois aderir "ao liberalismo" no dia seguinte. Ele o fazia para "agradar os ocidentais" (!), como se a escolha do liberalismo não tivesse efeitos na sociedade. Ora, teve efeitos e, de forma muito banal, agravou as dificuldades sociais para a maioria. As condições então criadas provocaram a explosão que conhecemos, imediatamente aproveitada pelo Islã político do país e pelos regionalismos. Porque a Líbia nunca existiu como nação realmente. É uma região geográfica que separa o Magrebe e o Machereque. A fronteira entre os dois passa exatamente no meio da Líbia. A Cirenaica é historicamente grega e helenística, e depois se tornou machereque. A Tripolitânia foi latina e tornou-se magrebina. Consequentemente, sempre houve uma base para regionalismos no país. Não se sabe realmente quem são os membros do Conselho Nacional de Transição de Benghazi. O presidente do Conselho Nacional de Transição não é outro que não Mustafá Mohammed Abdeljalil, o presidente do Tribunal de Justiça da Líbia, que confirmou a condenação à morte das cinco enfermeiras búlgaras. Ele foi recompensado e nomeado ministro da Justiça em 2007, posto que conservou até fevereiro de 2011. Por esta razão, o primeiro-ministro búlgaro, Boikov, se recusou

a reconhecer o CNT. Os Estados Unidos e os países europeus não prosseguiram com o argumento. Desde a origem, "o movimento" na Líbia tomou a forma de uma revolta armada abrindo fogo contra o exército, e não a de uma onda de manifestações civis. Esta revolta armada, além disso, imediatamente chamou a OTAN em seu socorro. Estava então criada a ocasião para uma intervenção militar das potências imperialistas. O objetivo perseguido com certeza não é nem "a proteção dos civis" nem "a democracia", mas o controle do petróleo e a aquisição de uma importante base militar no país. Certamente, as companhias ocidentais já controlavam o petróleo líbio desde a adesão de Khadafi "ao liberalismo". Mas com Khadafi não podemos ter certeza de nada. E se amanhã ele virasse a casaca e introduzisse os chineses ou os indianos em seu jogo? Mas tem algo mais importante que o petróleo: os recursos em águas subterrâneas da Líbia. Era necessário explorá-los em benefício dos países do Sahel africano. Esta é uma página virada agora. Multinacionais francesas bem conhecidas provavelmente terão acesso a esses recursos (é sem dúvida a razão da intervenção precoce da França) e pretenderão tornar sua exploração "mais rentável financeiramente", provavelmente para a produção de agrocombustíveis. Mas há algo mais grave. Khadafi, a partir de 1969, exigiu a evacuação das bases britânicas e estadunidenses instaladas logo após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, os Estados Unidos precisam transferir o Africom (o comando militar dos Estados Unidos para a África, peça importante do dispositivo de controle militar do planeta, localizado em Stuttgart) para a África. Ora, a União Africana se recusa a aceitá-lo, e até agora nenhum Estado africano ousou fazê-lo. Um lacaio instalado em Trípoli (ou em Benghazi) com certeza subscreveria todas as exigências de Washington e de seus aliados subalternos da OTAN.

Os componentes da revolta na Síria até agora não apresentaram seus programas. Sem dúvida o desvio do regime baassista, ligado ao neoliberalismo e singularmente passivo perante a ocupação de Golã por Israel está na origem da explosão popular. Mas não é possível excluir a intervenção da CIA: fala-se de grupos que penetraram em

Diraa provenientes da vizinha Jordânia. A mobilização dos Irmãos Muçulmanos, que deram origem às revoltas de Hama e Homs há alguns anos, talvez não seja estranha ao conluio de Washington, que se dedica a pôr um termo na aliança Síria/Irã, essencial ao apoio do Hezbollah no Líbano e do Hamas em Gaza.

No Iêmen a unidade foi construída sobre a derrota das forças progressistas que governaram o sul do país. O movimento vai restituir sua vitalidade a essas forças? Por essa razão, são compreensíveis as hesitações de Washington e do Golfo.

No Bahrein a revolta foi abafada no início por meio da intervenção do exército saudita e do massacre sem que os meios de comunicação dominantes criticassem. Dois pesos, duas medidas, como sempre.

A "revolta árabe" não é o único exemplo, ainda que seja a expressão mais recente da manifestação da instabilidade inerente à "zona das tempestades".

Uma primeira onda de "revoluções", por assim dizer, tinha varrido certas ditaduras na Ásia (nas Filipinas, na Indonésia) e na África (em Mali), que haviam sido instauradas pelo imperialismo e pelos blocos reacionários locais. Mas aqui os Estados Unidos e a Europa conseguiram abortar a dinâmica desses movimentos populares, às vezes gigantescos, pelas mobilizações que eles suscitaram. Os Estados Unidos e a Europa querem repetir no mundo árabe o que se passou em Mali, nas Filipinas e na Indonésia: mudar tudo para que nada mude! Ali, depois que os movimentos populares se livraram de seus ditadores, as potências imperialistas se empenharam para que o essencial fosse preservado por meio do estabelecimento de governos alinhados com o neoliberalismo e os interesses da sua política externa. É interessante constatar que, nos países muçulmanos (Mali, Indonésia), o Islã político foi mobilizado para isso.

A onda de movimentos de emancipação que varreu a América do Sul, em contrapartida, permitiu progressos reais nas três direções que representam a democratização do Estado e da sociedade, a adoção de posturas anti-imperialistas consequentes, o compromisso com a realização de reformas sociais progressistas.

O discurso dominante dos meios de comunicação compara as "revoltas democráticas" do Terceiro Mundo com as que deram um fim aos "socialismos" da Europa oriental após a queda do "muro de Berlim". Trata-se aí de uma fraude pura e simples. Pois, quaisquer que tenham sido as razões (compreensíveis) das revoltas em questão, elas se inscreviam na perspectiva de anexação da região pelas potências imperialistas do Oeste Europeu (em benefício da Alemanha em primeiro lugar). Com efeito, reduzidos desde então à condição de "periferias" da Europa capitalista desenvolvida, os países da Europa oriental conhecerão amanhã sua revolta autêntica. Já existem alguns sinais indicadores, em particular na ex-Iugoslávia.

As revoltas, potencialmente portadoras de avanços revolucionários, podem ser previstas por toda parte ou quase nos três continentes, que continuam sendo, mais que nunca, a zona das tempestades, desmentindo os discursos xaroposos sobre o "capitalismo eterno" e a estabilidade, a paz, o progresso democrático que lhe são associados. Mas essas revoltas, para tornarem-se avanços revolucionários, deverão superar inúmeros obstáculos: por um lado, superar as fraquezas do movimento, construir convergências positivas entre seus componentes, conceber e levar a efeito estratégias eficazes, mas também, por outro lado, derrotar as intervenções (incluídas as militares) da tríade imperialista. Isso porque qualquer intervenção militar dos Estados Unidos e da OTAN nos assuntos dos países do Sul, sob qualquer pretexto que seja, ainda que de aparência simpática – como a intervenção "humanitária" –, deve ser proscrita. O imperialismo não quer nem o progresso social nem a democracia para esses países. Os lacaios que coloca no poder quando ganha a batalha continuarão inimigos da democracia. Só podemos lamentar que a "esquerda" europeia, mesmo radical, tenha deixado de compreender o que é o imperialismo.

O discurso dominante hoje pede a aplicação de um "direito internacional" que autorize, a princípio, a intervenção quando os direitos fundamentais de um povo forem ultrajados. Mas as condições não estão reunidas para permitir um avanço nessa direção. A "comunidade internacional" não existe. Ela se resume ao embaixador dos

Estados Unidos, seguido, automaticamente, pelos da Europa. Será que é necessário fazer a longa lista destas intervenções, mais que infelizes, criminosas, quanto aos seus resultados (no Iraque, por exemplo)? Será que é preciso recordar o princípio "dois pesos, duas medidas" que os caracteriza (pensando, evidentemente, nos direitos ultrajados dos palestinos e no apoio incondicional a Israel, às inúmeras ditaduras ainda sustentadas na África)?

A primavera dos povos do Sul e o outono do capitalismo

As "primaveras" dos povos árabes, como as que os povos da América Latina conhecem há duas décadas, que chamo de segunda onda de despertar dos povos do Sul – a primeira se desenrolou no século 20, até a contraofensiva do capitalismo/imperialismo neoliberal – tomam formas diversas, que vão das explosões dirigidas contra as autocracias que acompanharam precisamente o desenvolvimento neoliberal ao questionamento da ordem internacional pelos "países emergentes". Essas primaveras coincidem, pois, com o "outono do capitalismo", o declínio do capitalismo dos monopólios generalizados, mundializados e financeirizados. Os movimentos, como os do século precedente, partem da reconquista da independência dos povos e dos Estados das periferias do sistema, retomando a iniciativa na transformação do mundo. São, portanto, sobretudo, movimentos anti-imperialistas e, assim, apenas potencialmente anticapitalistas. Se esses movimentos conseguissem convergir com outro despertar necessário, o dos trabalhadores dos centros imperialistas, uma perspectiva autenticamente socialista poderia se desenhar em escala da humanidade inteira. Mas de maneira nenhuma isso não está inscrito de antemão como uma "necessidade da história". O declínio do capitalismo pode abrir caminho para a longa transição para o socialismo, bem como pode engajar a humanidade na via da barbárie generalizada. O projeto de controle militar do planeta pelas forças armadas dos Estados Unidos e de seus aliados subalternos da OTAN, ainda em curso, o declínio da democracia nos países do centro imperialista, a recusa passadista da democracia nos países do Sul em revolta (que toma a forma de ilusões para religiosos "fundamentalistas"

que os Islã, hinduísmo e budismo políticos propõem) operam juntos dentro dessa perspectiva abominável. A luta pela democratização laica toma então uma dimensão decisiva no momento atual, opondo a perspectiva de uma emancipação dos povos à da barbárie generalizada.

Cairo e Paris, maio de 2011.

Pós escrito

Sucessivas governos egípcios, desde o acesso de Sadat à presidência (1970) até hoje, implementaram diligentemente todos os princípios propostos pelo fundamentalismo liberal. É desta forma que foi criada a nova classe "proprietária", egípcia e estrangeira, que merece plenamente a qualificação de capitalista de conivência (*rasmalia al mahassib*, termo egípcio que a designa, entendido por todos). A propriedade outorgada ao "exército" transformou o caráter das responsabilidades que este já exercia sobre alguns segmentos do sistema produtivo ("as fábricas do exército") e que administrava na qualidade de instituição do Estado. Esses poderes de gestão se transformaram em poderes dos proprietários privados. Além disso, na corrida à privatização os oficiais mais poderosos também "adquiriram" a propriedade de muitos outros ativos estatais: redes comerciais, terrenos urbanos e suburbanos e particularmente conjuntos imobiliários. As fortunas egípcias e estrangeiras se constituíram pela aquisição de ativos já existentes, sem acrescentar qualquer capacidade produtiva significativa. Os "ingressos de capital estrangeiro" (árabes e outros), aliás modestos, se inscrevem neste quadro. A operação portanto se configurou mediante a instalação de grupos monopólicos privados que desde então dominam a economia egípcia.

O governo instalado no Cairo, composto exclusivamente por Irmãos Muçulmanos escolhidos pelo presidente Morsi, declarou de entrada sua adesão incondicional a todos os princípios do liberalismo, tomou medidas para acelerar sua implementação e, para tal fim, empregou todos meios de repressão herdados do antigo regime. O Estado "comprador" e o capitalismo de conivência continuam! Aumentou a consciência popular de que não há nenhuma mudança à vista. Mais de

oito milhões de cidadãos já assinaram uma petição (datada de final de maio de 2013) para exigir a renúncia de Morsi, aliás eleito fraudulentamente. Durante os últimos doze meses ocorreram nada menos que 5.000 greves e manifestações: algo nunca visto. O movimento continua! Como se costuma dizer em todas as ruas do Egito: a revolução não mudou o regime, mas o povo mudou.

Leituras complementares

RIAD, Hassan. *L'Egypte nassérienne*. Les Éditions de Minuit. Paris. 1964.

AMIN, Samir. *La nation arabe*. Les Éditions de Minuit. Paris. 1976.

AMIN, Samir. *A life looking forward, Memories of an independent Marxist*. Zed. Londres. 2006.

AMIN, Samir. *L'éveil du Sud*. Le temps des cerises. Paris. 2008.

O leitor encontrará aqui minhas leituras acerca das realizações do Vice-rei Muhammad Ali (1805-1848) e dos quedivas que o sucederam, em especial de Ismail (1867-79), Wafd (1920-1952), das posições do comunismo egípcio perante o nasserismo, do desvio da *Nahda* de Afghani a Rachid Reda.

ACHCAR, Gilbert. *Les Arabes et la Shoah*. Actes Sud. Arles. 2009.

Trata-se da melhor análise dos componentes do Islã político (Rachid Reda e dos Irmãos Muçulmanos, dos *salafistas* modernos).

Em relação ao conflito Norte-Sul e o que opõe o início da transição socialista à continuação do desenvolvimento do capitalismo, ver:

AMIN, Samir. *La crise, sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise* ? Le Temps des Cerises. Paris. 2009.

AMIN, Samir. *La loi de la valeur mondialisée* . Le temps des cerises. Paris. 2011.

AMIN, Samir. *Pour la cinquième internationale*. Le temps des cerises. Paris. 2006.

AMIN, Samir. The long trajectory of historical capitalism. In: *Monthly Review*, Nova York, fevereiro 2011.

ACHCAR, Gilbert. *Le choc des barbasries*. Ed Complexe. Bruxelles. 2002.